

POLÍCIA



Fonte: **A⁺** **A⁻**

17/04/2013 00:00 - quarta-feira, 17 de abril de 2013.

Amagis repudia ofensas a magistrados do Vale do Aço

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) repudia, com veemência, as ofensas feitas pelo deputado estadual Durval Ângelo contra o trabalho dedicado, responsável, isento e independente dos magistrados da Comarca de Ipatinga e região no caso do assassinato do jornalista Rodrigo Neto.

Ao contrário do que afirmou o deputado, não existem juízes escoltados no Vale do Aço, muito menos “pelos próprios policiais denunciados”.

A Justiça Penal de Ipatinga é séria e nunca fez concessões a policiais envolvidos no crime. Tanto é assim que, nos últimos quatro anos, dois policiais militares foram condenados por homicídios, além de um terceiro, que foi levado a júri, mas foi absolvido, destacando-se que este último ainda foi pronunciado em outros dois processos, aguardando os trâmites legais para designação de novos júris. Todas as medidas solicitadas pelo delegado do caso foram atendidas, sendo que não havia qualquer pedido de prisão preventiva, até porque ainda não há indiciados, mas apenas suspeitos em fase de arregimentação de provas;

O Judiciário só poderá decretar prisões depois que a Polícia Civil apontar os autores por meio de provas suficientes ao pedido de prisão preventiva.

Nos casos de autoria definida e indiciamento, o MP tem oferecido denúncia e estão havendo condenações e também prisão preventiva, logicamente, quando preenchidos os requisitos legais. Não se combate um crime, por mais hediondo que seja, com ofensas, difamações ou calúnias. É preciso ficar claro para todos, especialmente àqueles que se dedicam à defesa do cidadão e dos direitos humanos, quem são os verdadeiros inimigos da sociedade. Os magistrados, o Poder Judiciário como um todo e as forças de segurança estão empenhados e dispostos a combater, diuturnamente e sem medo, o crime organizado e a punir exemplarmente os responsáveis. Temos que trabalhar unidos para alcançar esses resultados, com todas as provas, objetivas e subjetivas, para esclarecer os fatos e buscar os responsáveis por essa barbárie. Estamos convencidos de que o faremos, e de maneira bem-sucedida, como de outras vezes, à luz da Constituição e das leis.